

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.297 - RJ (2019/0229350-6)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : THAINA SILVA E SILVA DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADO : VANESSA EYMAEL - RJ181593
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE DO DELITO. PERICULOSIDADE DA AGENTE. *MODUS OPERANDI* E CIRCUNSTÂNCIAS DO FLAGRANTE. REITERAÇÃO DELITIVA. OUTRO REGISTRO. RISCO AO MEIO SOCIAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR, ART. 318, V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – CPP. FILHOS MENORES DE 12 ANOS. EXCEPCIONALIDADE. CRIME COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Considerando a natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

2. A prisão cautelar foi adequadamente motivada pelas instâncias ordinárias, que demonstraram, com base em elementos concretos, a periculosidade da recorrente e a gravidade do delito, evidenciadas pelo *modus operandi* da conduta criminosa, na qual a acusada, previamente ajustada com o corréu, adentrou em um estabelecimento comercial e, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, abordou os funcionários, subtraindo diversos bens do local. E, ainda, diante da sua propensão à contumácia delitiva, uma vez que possui anotações criminais, recomendando a sua custódia cautelar para garantia da ordem pública e para se evitar reiteração delitiva.

3. A Suprema Corte, por ocasião do julgamento do HC 143.641/SP, concedeu *habeas corpus* coletivo às mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas determinadas restrições.

4. O voto condutor do acórdão indicou a impossibilidade do benefício para: a) crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça, b)

delitos perpetrados contra os descendentes ou c) em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas.

5. Assim, é certo que, da situação evidenciada nos autos, verifica-se a excepcionalidade prevista no mencionado julgado, tendo em vista que se trata do delito de roubo, o que justifica o afastamento da incidência da benesse.

6. São inaplicáveis quaisquer medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do CPP, uma vez que as circunstâncias do delito e a periculosidade social do agente evidenciam a insuficiência das providências menos gravosas.

7. Recurso desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator